

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL PÓS ANOS 80, E OS IMPACTOS DO PRONAF

Bruno Moriggi¹

Ednaldo Michellon²

Resumo

A estrutura agrícola brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Embora a agricultura, tenha evoluído ao longo dos tempos, passando por grandes transformações produtivas, as disparidades sociais ainda persistem enraizados na estrutura social. Diante disso o objetivo deste trabalho é apresentar uma análise econômica e social da concentração da terra no Brasil pós anos 80, apontando às particularidades do modelo então pré-estabelecido, que levaram a propagação da desigualdade, citando programas governamentais (PRONAF) que tentam diminuir as disparidades entre as camadas sociais. A análise aqui empreendida buscará elementos teóricos, dos principais autores brasileiros contemporâneo, que explicam as causas que acentuaram as desigualdades entre as camadas sociais.

Palavras chaves: Desenvolvimento Econômico, Distribuição de renda, Concentração de renda e Planejamento Público.

1. Introdução

Nos últimos 30 anos a economia brasileira, passou por grandes transformações econômicas, deixando de ser um mero modelo agrário exportador, para se tornar um complexo tecnológico agrário industrial. Essa mudança foi fruto de uma modernização produtiva baseada na mecanização e na utilização de variedades tecnológicas, e também da integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros. Esse salto quantitativo possibilitou ao país, tornar-se o terceiro maior exportador agrícola do mundo, superado somente pelos EUA e a União Européia, com projeções futuras de ultrapassar esses países em no máximo 10 anos, tornando-se assim a maior potência

¹ Mestrando em Teoria Econômica, Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE-UEM);

² Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – UEM; email:emichellon@uem.br

agrícola do mundo. (BBC³; 2009). Para se ter uma idéia do que representa a agricultura no país, ela é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações e 37% dos empregos gerados na economia, segundo o IBGE (2008).

Entretanto esses avanços quantitativos (tecnológicos), não foram expressos na prática “real”, no que tange o processo qualitativo (distribuição da renda). Isso causou grandes problemas sociais, resultando em conflitos entre agricultores em âmbito nacional (MST), aumento da desigualdade entre os produtores agrícolas e a crescente concentração de terras, os chamados “latifúndios”. Dentro desse quadro exposto, o presente artigo apresentará um resgate do processo histórico brasileiro pós anos 80, expondo as causas do problema, e propondo soluções, a fim de aliar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Neste artigo iremos analisar o PRONAF, primeiramente por dois motivos: ele ataca a raiz do problema social “distribuição da renda” e o segundo ele cria bases para o crescimento econômico (expansão do processo quantitativo).

Nossa metodologia de dados apoiar-se-á em fontes de pesquisas governamentais, fornecidas pelo IBGE, IPEADATA e ministério da agricultura, enfocando artigos científicos que evidenciam sobre o tema abordado.

1.1 Década Perdida: as Políticas Agrícolas e Agrárias nos anos de 80

Antes de analisarmos os anos atuais, primeiro teremos que recorrer ao passado a fim de agregar elementos da história para podemos compreender o mundo atual. Nesta volta ao passado iremos analisar a década de 1980, marcada por sucessivas instabilidades políticas e econômicas, que levaram ao esgotamento do modelo keynesiano de desenvolvimento econômico e social, e a implementação do modelo neoclássico de desenvolvimento.

Muitos economistas afirmam que o período de 80, foi denominado a década perdida de crescimento econômico, devido à “destruição” da organização do planejamento em longo prazo no setor agrícola, que se transformou em grande parte um complexo de extração do excedente de riquezas gerado no Brasil, para pagamento de dívida externa pública. Esta nova função desempenhada pela agricultura em curto prazo ocasionou efeitos perversos, na organização produtiva, resultando no esgotamento da capacidade competitiva da economia, levando a uma deterioração dos termos de trocas.

³ Extraído do site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/lg/noticias/2009/03/090331_brasil_agricultura_ac.shtml

O setor agrícola, foco do trabalho em questão, é o modelo de tal fato enunciado. Esse setor necessita intensivamente de inovações produtivas, para a modernização da produção, a fim de auferir maior valor agregado e lucro. Em época de crise, como ocorreu no período, uma queda bastante expressiva nos investimentos, resultará na limitação da capacidade produtiva, que será repassada a sociedade como custo ao consumidor, levando a um aumento inflacionário, que desestimulará a busca por aquisição de investimentos produtivos, gerando a crise econômica. Nesses tempos de crise financeira, os agentes econômicos preferem manter sua riqueza na forma de dinheiro (capital especulativo), em vez de realizar um investimento produtivo, resultando assim em um processo de acumulação de capital cada vez maior, e uma redistribuição de renda cada vez menor, ocasionando conseqüências danosas para a sociedade, principalmente aos trabalhadores.

Essa modernização no padrão técnica da agropecuária brasileira nesse período foi elevada, através da mecanização e da utilização de insumos químicos, que, em grande medida, passaram a ser produzidos internamente, destacando-se assim que, mais do que anteriormente, a agropecuária passou a constituir mercado para a produção industrial. Contudo, a característica básica do modelo foi, grosso modo, mantida: uma agricultura itinerante e predatória, como apontou Furtado(1978)⁴. Esse mesmo autor havia imaginado, em meados dos anos sessenta que, sem reforma agrária a economia brasileira entraria num processo de estagnação econômica de longo prazo. Entretanto a história mostrou que a estrutura agrária concentrada não foi obstáculo para a continuidade do processo de crescimento econômico, foi sim obstáculo ao processo de desenvolvimento sócio-econômico que eleva a qualidade de vida da população em geral.

Esta idéia de desenvolvimento, numa perspectiva mais global, guarda relação com a questão da distribuição de renda e de riqueza no interior de uma nação, e que essa distribuição está relacionada com uma transformação estrutural básica – a reforma agrária - que é feita (ou não) num determinado momento de sua história. Destacou-se que tal transformação não está incorporada às teorias e aos modelos de relações agricultura/desenvolvimento, embora seja considerada como um dado – histórico – de tais modelos.

⁴ Furtado, Celso; “Análise do “modelo” brasileiro”; 4 ed. São Paulo: Civilização Brasileira; pág.49; 1974;

O caso brasileiro evidencia que a ausência dessa transformação tem marcado o seu padrão de uma sociedade extremamente excludente ou desigual, assentado numa dada articulação entre propriedade/apropriação de um recurso não renovável e população, cuja especificidade até bem pouco tempo foi dada pôr uma fronteira sempre em expansão.

Uma noção alternativa de desenvolvimento pode ajudar a compreender que as relações entre terra e população na formação e evolução de uma nação permitem tratar de maneira mais adequada seus problemas, ultrapassando visões que os colocam como simples “disponibilidades de fatores”, dadas pela dicotomia “abundância de terras/abundância de mão-de-obra”, ou ainda aquelas que os tratam como “crise agrária/crise urbana”.

A reforma agrária e a consolidação de propriedades fragmentadas serão necessárias em muitos dos países em desenvolvimento, não só para acelerar a transformação tecnológica e estimular a produção em longo prazo, mas também para gerar empregos rurais. A história nos ensina que, raramente, a reforma agrária é um processo tranqüilo, e que consome muito tempo. Entretanto, a maioria dos governos tem agora à sua disposição meios de amenizar os distúrbios de curto prazo e os conflitos oriundos de um programa de transformação estrutural da propriedade da terra.

O fato é que essa estratégia foi abandonada e, então, realizou-se no país aquilo que já havia sido indicado: manteve-se sua estrutura fundiária, e promoveu-se um aprofundamento do processo de modernização das atividades agropecuárias.

De acordo com Graziano (1992) a reforma agrária deve atingir todas as estruturas sociais dos trabalhadores pertencentes à agricultura, não adianta ceder terras para as pessoas, ao contrário deve-se instituir uma base técnica que propicie incentivos ao pequeno produtor para a realização de sua atividade econômica.

Também deve evitar, as Políticas Neo-Liberais, já que a abertura prolongada de forma desprotegida tende ao enfraquecimento do setor, que sem base para se sustentar tende a levar a um aumento considerável nas desigualdades sociais, e não a uma modernização conjunta “sustentável”, como observamos no final da década de 80.

1.2 O “Renascimento” do Projeto Agrário no Brasil – anos 90

Após longo período desmonte estrutural agrário, os anos 90 foram caracterizados pela busca de um planejamento agrário “eficiente”, no intuito de combater os problemas

na esfera produtiva brasileira, que se apresentavam desde a sua formação econômica. Embora o planejamento apresentasse “falhas” (reforma agrária), ele possibilitou um grande avanço no que tange um resgate a discussão sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Neste período específico, inseriu-se um novo modelo de desenvolvimento, baseado na transição do padrão agrícola de “subsistência comercial”, para o de “modernização conservadora”. Esta modernização intensificou avanços na esfera produtiva principalmente em termos científicos e tecnológicos, possibilitando ao setor agrícola uma maior ampliação de capital. Contudo, esta transição tecnológica, não foi realizada de maneira acelerada, ao contrário foi imposta de forma gradativa, inviabilizando em curto prazo a expansão da produtividade agrícola. Para se ter uma idéia, segundo o IBGE ⁵ de 1985 a 1995, a produção teve uma retração de 3%, o que acarretou uma migração de aproximadamente 24% da população rural para as cidades brasileiras e um aumento na concentração de terras de 0,94% em 1980, para 1,1% em 1995, como observamos na Tabela 1, exposta logo abaixo.

Tabela 1: Concentração Agrária, por Grupos de Área Total, em percentual: Brasil 1980, 1985 e 1995

Grande Área Total (hc)	1980		1985		1995	
	Unidade %	Área %	Unidade %	Área %	Unidade %	Área %
Menos de 10	50.4	2.5	52.9	2.66	49.6	2.23
De 10 a 50	31.5	10.2	29.7	10.52	31.2	9.9
De 51 a 100	7.6	7.5	7.56	8.04	8.3	7.76
De 101 a 500	8.4	23,3	7.9	24.12	8.6	23.55
De 501 a 1000	1.16	11.1	1.06	10.92	1.2	11,36
Mais de 1001	0,94	45,4	0,88	43,74	1,1	45,2

Fonte: www.ministeriodaagricultura.gov – 2000

Para Graziano da Silva (1999), embora os dados expressem pessimismo para a estrutura social, este seria somente um estágio do processo de concentração capitalista,

⁵ Extraído do site: <http://ww.ipeadata.gov.br>

sendo uma tendência “natural” de desequilíbrio momentâneo, e necessário para consolidação da demanda agregada na economia. Apesar de desigual, este processo não poderia ser cessado, sob pena de provocar um atraso tecnológico no setor agropecuário, com impactos negativos no processo de desenvolvimento econômico. A lógica, desse sistema seria um equilíbrio dinâmico futuro, baseado no processo distributivo endógeno do setor mais evoluído, para os setores menos desenvolvidos.

Embora o desequilíbrio seja inerente do processo de desenvolvimento capitalista, este modelo foi o mais eficaz para solidificação do processo de desenvolvimento dos países capitalistas, já que nestes países houve a junção entre planejamento econômico e desenvolvimento econômico, diferentemente do que ocorreu no Brasil e nos demais países subdesenvolvidos. Esta conexão entre as variáveis endógenas, crescimento econômico e desenvolvimento econômico é resultado de políticas de organização social e econômica, baseada na reforma agrária, no protecionismo agrícola e no incentivo ao pequeno produtor. Apesar da produção desses países terem um custo elevado, eles tornam-se competitivos, isso porque o Estado garante subsídios governamentais, como forma de incentivar o pequeno produtor, o que resulta em uma maior equidade social. Essa idéia proposta permite entendermos que não é necessário somente aumentar a produção quantitativamente, ao contrário temos que procurar um desenvolvimento qualitativo a fim de obter um equilíbrio dinâmico para a economia, o que verificamos nos países desenvolvidos.

Contudo quando analisamos a política protecionista realizada pelos países capitalistas desenvolvidos externamente, constatamos um problema “grave” no que tange o processo de desenvolvimento econômico e social entre os países, já que a “assistência” compensatória por parte do Estado tende a ser um golpe ao livre comércio, decorrendo assim grandes perdas de bem-estar para todas as nações. Salvatore (1986) salienta que se realmente estão ocorrendo práticas comerciais injustas elas devem ser corrigidas através de negociações buscando, liberalizar os termos de intercâmbio e não através de restrições às importações. Para ele, a única função das restrições comerciais seriam tornar mais ordenados os ajustamentos estruturais, porém deveriam ser restrições temporárias e não utilizadas para impedir o ajustamento da economia.

Essa prática equivocada de política pública externa, segundo Baptista (2005) somente penaliza aos países subdesenvolvidos, visto que a agricultura tem um peso muito importante para a geração do produto, emprego e da expansão tecnológica desses países. O autor conclui-se que a adoção de barreiras comerciais agrícolas, como é o caso

do protecionismo econômico, tende a ser um “obstáculo” ao desenvolvimento dos países mais pobre, e nocivo para almejar o desenvolvimento equilibrado.

O Brasil é um exemplo bem claro de país “subdesenvolvido”, da relação entre o progresso técnico e o planejamento econômico e social. No país não foram implementadas “reformas agrícolas” afim solucionar os gargalos econômicos e sociais, ao contrário tentaram-se realizar “melhorias” organizacionais principalmente as ligadas à área econômica, privilegiando uma pequena parte dos produtores agrícolas. Para se ter uma idéia, da total falta de planejamento público, o Estado, na década de 80, estabeleceu um *slogan* “Exportar é o que importa”.

Dessa forma, todos os benefícios dirigiam-se aos produtos voltados ao mercado externo, como a soja e a laranja, ou produtos que pudessem trazer redução no consumo de petróleo, caso da cana-de-açúcar matéria prima do álcool combustível, em detrimento daqueles produtos voltados exclusivamente para o mercado interno de alimentos, como arroz, feijão, mandioca, ou que abasteciam indústrias não-exportadoras, como milho e algodão. Essa política agrícola conseguiu cumprir com sua função principal, estimular a entrada de dólares no Brasil, mas em contra partida trouxe uma série de conseqüências para toda a estrutura agrária do país, que permanecem até nossos dias: aumento das áreas exploradas com cultivos destinados à exportação; diminuição das áreas voltadas para a produção de culturas destinadas ao mercado interno, utilizando solos de pior qualidade e deslocadas para regiões onde as terras são menos valorizadas. Tais medidas elevaram os custos dos produtos destinados ao mercado interno: diminuindo as áreas cultivadas e os investimentos; diminuindo a quantidade produzida; por serem produzidas longe dos grandes centros de consumo ocorreu também aumento no custo do transporte. Como era de se esperar, a elevação dos preços da cesta básica contribuiu para o aumento da inflação e produziu uma queda na qualidade da alimentação da maior parte da população brasileira, cujo poder de compra não acompanhou a inflação.

A produção agrícola, principalmente à destinada exportação, está inserida em um pacote tecnológico na busca de competitividade em relação a mercados concorrentes, para a aquisição desse pacote tecnológico o agricultor deve dispor de capital, isto já deixa à margem do processo um número elevado de agricultores que não são capitalizados. Pelo fato da riqueza gerada no campo ser acumulada por uma pequena parcela de agricultores ou por pequenos grupos organizados, cria-se assim, um círculo vicioso, quem é “dono” do capital passa a acumular mais tecnologia,

competitividade, lucro, logo, acumulação de capital. Isto resultará na redução do crescimento do emprego rural estritamente agrícola e na ampliação do emprego rural não agrícola. A causa disso será o aumento da pobreza agrícola no campo.

Uma das saídas, para evitar este colapso social, seria a reforma agrária. Contudo quando analisamos a evolução “organizacional” e as idéias conservadoras, concluímos que nem sempre a racionalidade impera, e figuras históricas como senhores de engenhos, barões do café, etc; tornam-se enraizadas na estrutura produtiva, nas tomadas de decisões. Isto trará de conseqüências perversas para a estrutura fundiária, levando a um aumento das áreas exploradas com cultivos destinados à exportação e uma diminuição das áreas voltadas para a produção de culturas destinadas ao mercado interno.

2. A Nova Inserção do Processo Acumulativo

Como relatamos nos tópicos passados, a partir de 1980 e principalmente na década de 90, eclode-se um novo modelo de desenvolvimento agrícola o chamado agro-industrial. Neste modelo ocorre o uso intensivo dos fatores de produção, via aproveitamento máximo da área plantada, novo trato cultural e a introdução incessante de novas tecnologias científicas. O objetivo central deste modelo acumulativo que se inicia é o aumento da produtividade, via substituição do perfil energético e biológico da agricultura para o fóssil, mecânico. Nessa mudança, a força mecânica substitui grande parte da força de trabalho humana. Essas substituições visam o aumento imediato da produtividade e da rentabilidade das novas lavouras empresariais. No Brasil, essa tendência foi muito estimulada pela política econômica dos governos na promoção das exportações e pela demanda dos mercados internacionais. De uma agricultura mista, voltada para o mercado local e internacional, o sistema intensivo marca a transição para uma estrutura agrária cada vez mais internacionalizada, dependente do movimento dos mercados mundiais. De um produtor de gêneros agrícolas para o mercado interno, a economia se especializa cada vez mais na produção de "commodities" (Zamberlan e Froncheti 1994).

A via industrial ficou dependente do aumento dos rendimentos físicos e a capacidade de atender a pauta de exportações. Os problemas que se apresentaram para a implantação deste modelo foram à falta de subsídios estatais, acarretados pela crise financeira do Estado brasileiro, as políticas do Acordo Geral de Tarifas e Comercio, e a crise da dívida externa, a partir de 1982.

No entanto, conforme Silva (1994), a ação do Estado consolidou as ligações do mundo rural e agrário com o resto da economia. A expansão e a formação de novos Complexos de Produção Agroindustrial (CPAs) estimularam a formação de cadeias produtivas voltadas ao mercado internacional, principalmente na área de grãos e carnes. A diminuição dos subsídios estatais e o fim da política de preços mínimos, a partir de 1991, levaram a um reordenamento da ação das CPAs. As empresas de transformação agroalimentar substituíram em grande parte o Estado federal no financiamento dos agricultores, apropriando-se das pequenas propriedades que não conseguisse cumprir com suas dívidas. Essa concentração tendeu-se a expandir no processo produtivo agrário, formando-se uma nova categoria para distinguir os agricultores conforme o grau tecnológico e de concentração:

- a) os altamente modernizados, ligados diretamente a estrutura de produção agroindustrial. Possuíam extensões de terras que variam de 25 a 100 hectares;
- b) os agricultores altamente capitalizados e modernizados, que não dependiam diretamente das agroindústrias e produzem em grandes extensões de terras. Possuíam geralmente acima de 1000 hectares;
- c) os agricultores excluídos desse processo de integração com as agroindústrias e altamente dependentes dos programas estatais de estímulo a produção agropecuária. Em geral, os agricultores excluídos produzem em extensões de terras de até 50 hectares.

Esta nova metodologia imposta na época de acordo com Guanzirolli (1994), Zamberlam e Froncheti (1994) propunha uma “seleção natural” da rentabilidade agrícola, ou seja, quem fosse mais rentável (predador) adquiriria certas vantagens competitivas em relação ao seu oponente (presa). Estas vantagens somadas resultariam em avanços tecnológicos, que mais tarde traria como consequência o aumento da concentração agrícola. Segundo o autor o uso intensivo deste modelo ocasionaria a consolidação da concentração na sociedade, já que os grandes proprietários detentores de grandes áreas mecanizadas tornariam cada vez mais ricos e os pequenos produtores marginalizados da sociedade tornariam cada vez mais pobres, formando-se assim o círculo do “terror social”.

Melancolicamente a teoria proposta pelo autor teve um forte impacto na ocupação da mão-de-obra na agricultura brasileira. Os ciclos produtivos relatados mudaram além do perfil da produtividade das áreas agrícolas, mas também o agricultor, gerando grandes distorções na estrutura social e produtiva.

As classificações propostas por Guanzirolli (1994), Zamberlam e Froncheti

(1994), e Silva (1994) convergem num elemento: a presença dos excluídos. Na análise que se segue será possível visualizar essa exclusão a partir da redução da população rural, o avanço da população urbana e o aumento dos assalariados nas áreas agrícolas. O "excluído," classificado por Silva (1994) como um produtor familiar com uma área de terras de até 50 ha, se aproxima do perfil traçado por Guanzirolli (1994), Zamberlam e Froncheti (1994), ou seja, de "sem terra."

2.1 O Surgimento do Projeto de Planejamento Agrícola no Brasil

Durante a década de 80, quando se configura a crise fiscal do Estado, a estratégia de desenvolvimento agrícola baseado no crédito rural subsidiado entra em decadência e se reduzem drasticamente os investimentos e os subsídios, pondo em dúvida a capacidade de a agricultura de continuar a crescer. Neste novo cenário, renasce na década de 90 uma nova pergunta: "Como aumentar a eficiência produtiva agrícola diminuindo os gargalos produtivos?".

A resposta para isso começa a ensejar-se com o novo projeto de planejamento público, instituído pelo Estado no início da década de 90. Sua diretriz fundamentava-se em três esferas:

- a) Estratégica se fundamentava em princípios metodológicos cognitivos, analisando os pontos fortes e fracos da agricultura, que é vista como coletivista (agricultura familiar);
- b) Operacional é instituída como viabilidade técnica, política, social, econômica e ambiental. As decisões baseiam-se na elaboração de projetos de infra-estrutura e no gerenciamento de metas na execução e avaliação das ações agrícolas;
- c) Orçamentária amparada pelo controle e financiamento dos projetos de investimento agrícola (concentração dos recursos);

Em síntese estas medidas permitiram a reestruturação organizacional brasileira, introduzindo-se conceitos empreendedores, instigando a busca pelo desenvolvimento rural.

A definição do que seja exatamente "desenvolvimento rural", em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são

fundamentadas em leituras de realidade (interpretações) distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural. Apenas como rapidíssimo exemplo: desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. Em nossos dias, face à queda real dos preços recebidos pelos produtores e à virtual ausência de sistemas de ação governamental ao longo de tantos anos (especialmente a redução do financiamento), aqueles seriam componentes que poderiam se repetir sob a mesma forma? O conceito de desenvolvimento rural, em conseqüência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais. Desenvolvimento rural, portanto, pode ser analisado a princípio, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma "ação prática" para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais)⁶ (NAVARRO; 2001).

Tradicionalmente as políticas agrícolas no Brasil envolvem a dimensão produtiva e comercial dos produtos alimentares sendo operadas por instrumentos de crédito de custeio e de comercialização. A partir disso em 1991 o governo institui o primeiro projeto de planejamento agrícola ao pequeno produtor o PROAGRO e mais tardiamente o PRONAF, este último uma evolução do projeto anterior.

O PROAGRO criado em 1991, pelo Governo Federal, tinha o objetivo de proteger os agricultores da ocorrência de situações de adversidades climáticas. O PROAGRO consistia no "perdão" da dívida dos agricultores que fossem afetados pelas intempéries climáticas.

Em 1995, diante dos problemas inerentes da estrutura agrícola brasileira, inicia-se um novo projeto de planejamento o Programa Nacional do Fortalecimento da

⁶ Zander Navarro: "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.

Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa foi criado com o objetivo de construir um padrão de desenvolvimento sustentável (qualitativo) para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento da produtividade e a diversificação da produção. Sua base principal baseia-se no conceito de funcionalidade dinâmica de autofinanciamento público aos trabalhadores agrícolas utilizando instrumentos macroeconômicos que possibilite crédito aos médios e pequenos agricultores.

Esses instrumentos estão correlacionados aos subsídios governamentais, e as políticas públicas, voltadas exclusivamente a proteção dos pequenos produtores rurais. O foco do projeto é financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias (turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e serviço rural), todas compatíveis com a natureza de exploração rural e emprego da força de trabalho familiar, a fim de estimular o crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

O Projeto em si foi construído especificamente para ajustar as políticas públicas conforme a realidade dos agricultores, viabilizando a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo. Também se procurou elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social, estimulando o acesso dos agricultores aos mercados de insumos e produtos, e diminuindo a taxa de juros. Em suma o projeto foi um sucesso, estabilizando a economia, controlando os preços internos, diminuindo os preços da cesta básica e aumentando a produção de alimento.

2.2 O Desenvolvimento Econômico e o PRONAF

A sociedade brasileira tem sua história marcada pelos seus grandes períodos de colonização, de império e de república. Entre os momentos de glória econômica que ajudaram a acelerar este mercado, destacando-o no cenário mundial, figura a exportação de produtos agrícolas, particularmente do café, que por longo período da história consagrou o Brasil como o grande produtor do mundo. Em épocas mais recentes, a soja, entre outros produtos, igualmente sobressaem como mercadoria de exportação levando o país às mais distantes nações. Nesta esteira do desenvolvimento fica evidente que a agricultura brasileira tem contribuído substancialmente para o crescimento econômico do país, gerando divisas para a nação, fixação do homem no campo, aumento do emprego e aquecimento interno do mercado.

Com isto, ficou claramente definido que se fosse aplicado no meio rural recursos direcionados principalmente a famílias com baixa renda, levaria ao crescimento e fixação do homem no campo, evitando assim o êxodo rural e o empobrecimento do país, pois por estatísticas está comprovado que as periferias dos grandes centros urbanos é composta na sua maioria de famílias que saíram do meio rural em busca de novas oportunidades de sustentabilidade.

Com este cenário, o governo percebeu a necessidade de estabelecer uma política voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, de forma a agregar mecanismos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento, a partir de ações que possibilitem o aumento da capacidade produtiva e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares. Assim o PRONAF permitiu ao pequeno produtor rural, a adquirir condições de sustentabilidade, agregando valor aos seus produtos, podendo inserir-se no cenário de mercado em nível de qualidade para competir com os demais produtores.

A concepção de funcionamento do PRONAF fundamenta-se na Teoria Institucional, onde taxa de juros tem um papel relevante em eficiência na utilização dos recursos: taxas muito baixa tenderiam a “afrouxar” o rigor na avaliação dos projetos e os recursos passariam a ser utilizados com menos rigor, pois o custo da ineficiência é relativamente baixo. Esta contradição da seguinte forma: “Taxas de juros mais elevadas produziram melhor seleção dos projetos, já que apenas os mais rentáveis seriam compatíveis com o pagamento futuro do empréstimo. Os produtores também teriam que estar mais atentos à eficiência na utilização dos recursos. Ou seja, haveria uma tensão permanente entre crédito, taxa de juros, acumulação e eficiência econômica. Quando esta tensão cede demasiada para um lado, por exemplo, com redução de liquidez e taxas muito elevadas, compromete-se o processo de acumulação já que apenas alguns projetos gerarão fluxos de rendimentos futuros compatíveis com o pagamento dos juros; de outro lado, taxas muito baixas podem produzir desperdício de recursos escassos, seja pela má seleção de projetos seja pelo desvio ou má utilização dos recursos.”⁷ (GUAZIROLI;2006)

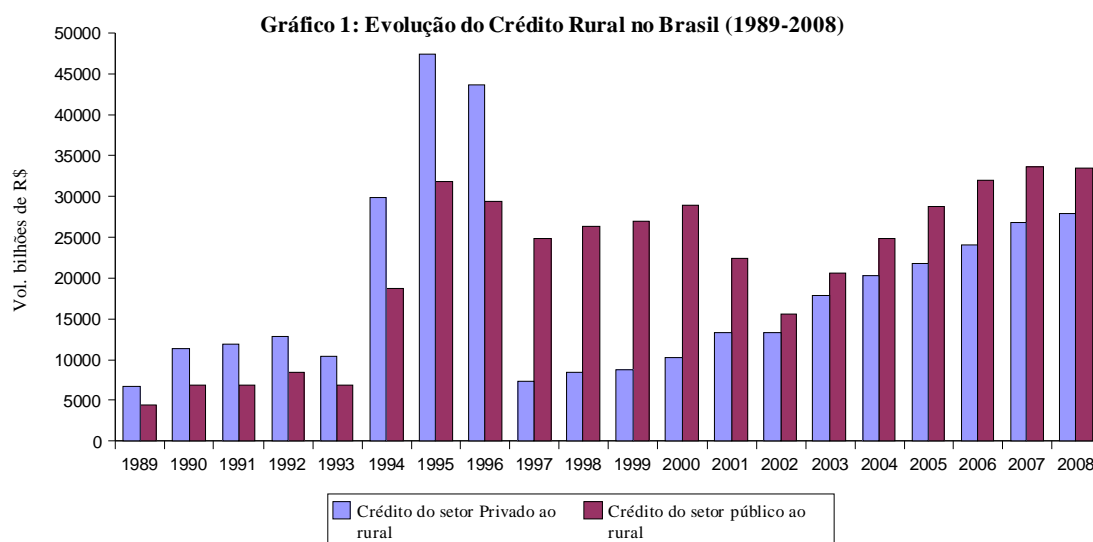
As novas teorias geradas pela economia institucional permitiram perceber que outras variáveis, além da taxa de juros, desempenham papel fundamental no processo

⁷ Extraído de “PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural” autor Carlos E. Guanziroli pág. 3;

de utilização do crédito. Busca-se, na verdade, avaliar em que medida o contexto no qual estão inseridos os produtores e o próprio desenho institucional dos programas de crédito, induzem ou não o processo de acumulação e o uso eficiente dos recursos.

2.3 A Aplicação do PRONAF

Com a consolidação do (PRONAF), e os benefícios proporcionados pelo programa, o Brasil tornou-se mais competitivo tendo grandes avanços tecnológicos na produção. Para se ter uma dimensão disto, a expansão do crédito por parte do setor público teve um crescimento de 78%, em contrapartida o crédito privado teve uma retração de 41%, no período de 1995 a 2008. Isso significou a transferência de uma boa parte do financiamento privado para o setor público, o que permitiu aos agentes econômicos agrícolas, uma maior “proteção” governamental. Essa transição do setor privado ao setor público possibilitou introduzir um novo planejamento público, onde a maior parte do volume de financiamento público seria aos pequenos produtores e à agricultura familiar, deixando às instituições financeiras privadas o papel de financiar a agricultura comercial profissionalizada e a agroindústria.



Fonte: www.ipeadata.com.br.

Com a retomada do crédito em poder do setor público, ocorreram grandes avanços sociais, como podemos evidenciar na Tabela 2. Para se ter uma noção exata destes avanços, quando comparamos os grupos pertencentes ao PRONAF, e não pertencente ao PRONAF, denotamos grandes diferenças, no que se refere aos níveis de

renda e escolaridade. Com a introdução do PRONAF a taxa de analfabetismo, e o nível de escolaridade, tiveram uma redução respectivamente de 29,15% e 15,38%. Em relação à produção, os índices de produtividade da terra e do trabalho apresentaram grandes aumentos na ordem de 47,48% e 47,71%. Entretanto verificamos uma piora, principalmente em relação ao meio ambiente neste período, ocorreu uma elevação do uso de agrotóxicos químicos e na quantidade de fertilizantes químicos, na ordem de 54,74%, 79,05% simultaneamente.

Tabela 2 - Média dos Indicadores para os Grupos com e sem PRONAF e Total da Amostra, Safra 2000/01

Indicador	Grupo sem PRONAF	Grupo com PRONAF	Total
nº de domicílios	996	998	1194
nº de estabelecimentos	1117	1182	2299
nº de residentes	4196	4382	8578
% analfabetos	27,1	19,2	23,1
Anos de estudos %	3,9	4,5	4,2
Área explorada (Hc) %	9,6	9,7	9,6
Renda domiciliar per capita média – salário mínimo	0,74 S.M.	0,75 S.M.	0,75 S.M.
Renda mediana – sal. Mín.	0,42 S.M.	0,44 S.M.	0,43 S.M.
Proporção de rendas não agrícolas %	12,9	22,8	17,8
Proporção de rendas dos inativos %	7,6	5,6	6,6
Proporção de rendas de outros fatores %	16	11,5	13,7
Proporção de domicílios pobres %	56,5	54,1	55,3
Domicílios pluriativos %	31	32,6	31,8
Uso de tração mecânica %	28	37,7	32,8
Insumos químicos %	52,1	58,3	55,2
Produtividade da terra %	80,7	119,1	100
Produtividade do trabalho %	80,7	119,2	100
Aumento no uso de agrotóxicos %	13,7	21,2	17,4
Aumento na quantidade de fertilizantes químicos %	10,5	18,8	14,6
Aumento da erosão %	13,5	11	12,3
Diminui matéria orgânica %	28,3	26,4	27,3

Fonte: Produtividade e Renda na Agricultura Familiar: efeitos do PRONAF-crédito; Angela Kageyama(2003);

*1. O salário mínimo na época da pesquisa (2001) era de R\$180,00;

Contanto o PRONAF apresentou problemas na esfera desenvolvimentista, como aborda Lauro Mattei (2006). Em trabalho recente encomendado pela SAF (Secretaria Agricultura Familiar), o autor concluiu que os recursos destinados as regiões brasileiras são altamente concentrados, o que resulta em desenvolvimentos desproporcionais entre as regiões brasileiras. Um exemplo disso é a distribuição de recursos do PRONAF em 1999, o autor verificou 50% dos recursos do programa se concentrava na região Sul,

enquanto que a região Nordeste respondia por 26%; a Sudeste, por 16%; o Centro-Oeste, 5%; e a região Norte, por apenas 3% do total.

Teriam ocorrido algumas alterações, na safra de 2004, porém sem as mudanças necessárias na rota do programa para que efetivamente se transforme em uma política de apoio ao desenvolvimento rural em todas as regiões do país. Assim, percebe-se que, mesmo havendo uma redução dos contratos na região Sul, ela continua concentrando 47% do total dos recursos do programa, enquanto que a região Nordeste diminuiu sua participação de 26%, em 1999, para 18% na última safra agrícola, mesmo que um maior número de agricultores tenha tido acesso ao crédito rural. As regiões Sudeste e Centro-Oeste aumentaram a participação em um ponto percentual e a região Norte aumentou sua participação no volume total dos recursos para 12%⁸ (GUAZIROLI; 2006). Em uma apesar de o PRONAF apresentar alguns problemas estruturais localizados, ele permitiu a inserção do processo de planejamento público, algo inédito na agricultura brasileira.

Embora o PRONAF tenha apresentado problemas regionais na redistribuição dos recursos financeiros como citado por Lauro Mattei (2006), ele possibilitou a alguns Estados um salto bastante expressivo, no que tange a organização social. Um exemplo disso é o caso do Estado do Paraná, que apresentou elevados avanços na sua estrutura produtiva. No Paraná, o projeto do PRONAF começou em 1995 com 8,9 milhões de reais e realizou 3.100 contratos com agricultores e seus familiares. Em 2000/01, os números saltaram para R\$282 milhões aplicados. Neste período foram 113000 famílias foram beneficiadas com custeio e incentivos agrícolas desde o início do programa. No estado, os custeios para a lavoura feitos pelo Banco do Brasil são de R\$1.8000 até R\$ 2.000. O auxílio em investimento agropecuário chega ao máximo a R\$3.400. Os agricultores pagam juros fixos de 4%. Em caso de pagamento antecipado, recebem um abatimento de 1%. Os produtores rurais com renda de até 10.000 reais recebem um custeio de R\$ 500. Se este produtor pegar emprestado R\$3.000 e pagar na data certa, devolverá apenas R\$2.300.⁹ No Paraná este programa Federal, foi implantado em 2008, por então governador Roberto Requião, com o nome de “Trator Solidário”, com a finalidade de estimular o pequeno produtor familiar a aumentar seus rendimentos produtivos, e expandir o emprego no campo.

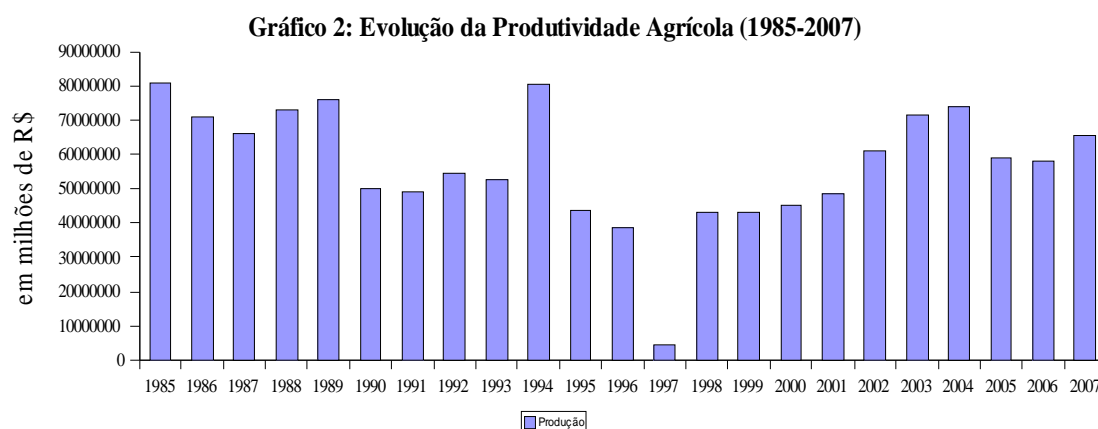
8 Extraído de “PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural” autor Carlos E. Guanziroli;

⁹ Extraído de site: http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/1,3916,331629-1641-1,00.html

Estes programas permitem constituir um importante mecanismo de acesso à terra, contribuindo para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar. O programa em si, possibilita reduzir a concentração da terra, prestando melhorias para as famílias beneficiadas assistencialmente. A partir deste ponto, analisaremos no próximo tópico, os gargalos sociais e as perspectivas futuras para o desenvolvimento agrícola brasileiro.

3. Análise da Conjuntura e as perspectivas para o Setor Agrícola Brasileiro

Com a intensificação da tecnologia científica agrícola, verificou-se um processo inverso de acumulação capitalista; “aumento da produtividade e queda da rentabilidade”. Esta contradição no sistema capitalista de extração do excedente culminou com a quebra de vários paradigmas teóricos, de que seria necessário se industrializar, para desenvolver. Ao contrário, o desenvolvimento agrícola, não dependerá somente do investimento produtivo, também dependerá das expectativas dos preços futuros e das sazonalidades temporais. Na prática existe um descompasso entre custo de produção e expectativas de preços futuros. Essa desproporcionalidade tende a gerar uma distribuição de renda desigual no ambiente produtivo, implicando assim em perdas na produção e baixa rentabilidade, desestimulando o desenvolvimento agrícola. Esse fato fica explícito quando analisamos o Gráfico 2 exposto logo abaixo, principalmente os anos de 1996 e 1997, quando denotamos uma queda na produtividade agrícola na ordem de aproximadamente 80% no período, resultado do início da crise asiática no período, que culminou no declínio do preço dos alimentos.



Fonte: www.ipeadata.gov.br (2009)

Esse desestímulo à produção indica que a venda da colheita, a preços baixos, não será suficiente para cobrir os gastos com o custeio da lavoura, o que provocará

descapitalização do setor, gerando um quadro de endividamento e de desestímulo ao plantio da safra. Isso significa que os determinantes da produtividade serão resultados da importância do rendimento. Neste caso o desenvolvimento agrícola estará associado principalmente à evolução do preço externo. Em particular, a crise financeira pode aprofundar a diminuição econômica da agricultura, o que comprometeria o funcionamento do equilíbrio da dinâmica capitalista (elevação inflacionária).

A menos que refletissem ganhos consolidados da eficiência econômica, os baixos preços intimidariam os investimentos, minando o crescimento da produtividade agrícola. Contudo o Estado pode subsidiar a produção, o que torna a ineficiência produtiva um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Com isso, surgiram à necessidade da estruturação de indicadores que permitissem a avaliação da rentabilidade dos empreendimentos, expressos em custos de produção que contabilizassem os produtos em termos de insumos e máquinas utilizados nas lavouras e criações. E a construção dessas cadeias de produção, enquanto espaços da reprodução ampliada do capital necessariamente conduzem as relações de troca para espaços territoriais mais abrangentes.

Na condição original das culturas, não fazia muito sentido o conceito de custo de produção, que era desprezível na remuneração de fatores obtidos na compra de elementos externos ao campo, dada a condição quase autárquica da agropecuária, com a produção derivada quase que exclusivamente dos recursos naturais e do emprego de mão-de-obra reproduzida nas fazendas (familiar ou escrava). Dessa maneira, nessa condição de reprodução simples do capital, a renda obtida da venda de excedentes agropecuários configurava quase que exclusivamente a renda líquida, remunerando os recursos naturais utilizados e o emprego de mão-de-obra.¹⁰

A construção das cadeias de produção produz a especialização produtiva, com a agropecuária concentrando-se progressivamente em lavouras e criações para o atendimento da demanda das agroindústrias processadoras. Também produz a profissionalização da agropecuária de cujos custos dependem a competitividade de toda a cadeia de produção. Neste caso, torna-se fundamental a idéia de custos de produção não apenas para mensurar a rentabilidade da produção agropecuária, verificando a sustentabilidade produtiva, mas também para o gerenciamento de conflitos e disputas

¹⁰ Extraído do site: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4933> – Instituto de Economia Aplicada.

entre os agentes produtivos envolvidos, mas sim para restabelecer a equidade social do processo distributivo.

Se essa idéia fosse imposta no Brasil desde a sua formação, talvez os resultados da elevação dos custos dos produtos seriam outros, e o rendimento acompanharia a elevação dos preços o que não aconteceu durante todo esse período de análise.

Segundo Corrêa (2001), é possível notar que um dos problemas mais sérios pendentes da solução econômica e político-social no Brasil é a questão da desigualdade de rendimentos, tanto entre setores da economia quanto entre as regiões brasileiras, uma vez que dada a estrutura organizacional social brasileira, a tendência é que a disparidade entre as camadas sociais se perpetue.

Isso fica bastante evidente quando avaliamos a evolução da mão de obra rural permanente e temporária, como exposto na tabela 3. Observa-se que o rendimento da mão de obra no setor agrícola, teve grandes oscilações no período tendo grandes aumentos na década de 1970 a 1980, mas também quedas acentuadas principalmente nos anos de 1990, o que resultou segundo o IBGE no aumento do coeficiente de gini de 0,512 em 1970, para 0,596 no ano 2000. Vale ressaltar que as mudanças no perfil da população brasileira, foram somente “sutis”, no que tange o processo distributivo, o que torna a função da propriedade da terra altamente concentrada.

Tabela 3: Remuneração da Mão de Obra Rural Permanente e Temporária do Brasil¹ - 1970-2000

Anos	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Mão de Obra Permanente				
1970	94,72	130,76	134,56	120,75
1980	133,85	170,54	178,79	164,59
1990	72,85	91,01	83,99	93,97
2000	83,41	106,19	98,445	107,92
Mão de Obra Temporária				
1970	3,06	4,26	5,11	4,74
1980	5,57	6,98	8,17	7,9
1990	2,74	4,06	4,81	4,81
2000	3,13	5,17	5,57	5,54

Fonte: FGV (2004);

Nota: Valores Deflacionados pelo IGP-DI de agosto de 1994:1- Salário Real Mensal; 2-Valor da Hora de Trabalho

Nota-se neste mesmo período de análise uma queda bastante acentuada do rendimento da remuneração da mão-de-obra rural permanente temporária no Brasil na

ordem de 18,1 %, o que resultou em uma transferência significativa da população economicamente ativa (PEA) para as atividades não agrícolas. No total isso significou uma diminuição da mão de obra empregada em atividades agrícolas de 44,3% em 1970 para 20,1% em 2000, uma queda de 55,5% no período segundo o IBGE (2003)¹¹, como podemos notar na tabela 4.

Tabela 4: Distribuição da População Economicamente Ativa- PEA de 10 anos ou mais por situação do domicílio e ramos de atividade principal (%) - Brasil 1970-2000

Anos	Urbano		Rural		Total	
	Agrícola	Rural	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não agrícola
1970	10,1	89,9	87,8	12,2	44,3	55,7
1980	7,6	92,4	79,7	20,3	29,3	70,7
1990	6	94	68,4	31,6	22,9	77,7
2000	-	-	-	-	20,1	79,9

Fonte: IBGE (2003)^a

Nota: - Dado não disponível

Cano (2003) afirma que os fatores de expulsão são de duas ordens: a primeira diz respeito aos fatores de mudança, que decorrem da introdução de mudanças na produção nos moldes capitalistas, que busca sempre uma maior produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. E a segunda ordem diz respeito aos fatores de estagnação, que decorrem do crescente aumento da procura pela população por áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela falta física de área ou, também, por grandes áreas estarem nas mãos dos grandes proprietários, que é o caso da monopolização.¹²

Tomando por base o ponto de vista econômico, os dois fatores, de mudança e de estagnação, têm visões contrárias.

Do ponto de vista econômico os fatores de mudança estão relacionados às mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização que está chegando à agricultura e, conseqüentemente, pela busca de uma maior produtividade do trabalho. Devido a esse processo é provocado um crescente processo de emigração, que faz com

¹¹ Extraído do artigo: “Ciclos de produção Extensiva e Intensiva na Agricultura Brasileira e seus Impactos na ocupação de mão de obra”- pág.19 (Jandir Ferreira de Lima, Carlos Alberto Piacenti, Lucir Reinaldo Alves);

¹² CANO, Wilson. Da crise ao caos urbano. IN: GONÇALVES, Brandão e Galvão (orgs.) Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. O Desafio urbano-regional. São Paulo. UNESP/ANPUR. 2003. p. 289/299.

que a população rural diminua. Ao contrário aos fatores de mudança, os fatores de estagnação estão relacionados com a incapacidade dos produtores, que seguem com uma produção de economia de subsistência, de manterem ou elevarem o nível da produtividade da terra.

Analisando as áreas de emigração juntamente com os fatores de mudança e fatores de estagnação podemos observar que as áreas de emigração sujeitas aos fatores de mudança perdem população, mas ganham em termos de produtividade, o que faz com que a população melhore sua condição de vida. Por outro lado, analisando as áreas sujeitas aos fatores de estagnação temos o contrário, ou seja, a deterioração das condições de vida populacional. Nessas áreas podemos constatar a presença de grandes fluxos migratórios sazonais, ou seja, os trabalhadores se deslocam até certa área, realizam a colheita e depois retornam para sua área anterior. Nessas áreas podemos destacar também a importância da presença política provocando um desenvolvimento regional.

Essa presença governamental é importante nessas áreas pois traz programas de melhorias com relação a transportes, energia, comunicação etc., além de incentivos econômicos para empresas que se fixarem nos locais onde ocorrem esses fatores de estagnação. Por outro lado, esse desenvolvimento regional provocado por incentivos governamentais, traz problemas de expulsão na agricultura, pois esse desenvolvimento regional facilita a entrada do capitalismo na agricultura, e seus novos moldes acabam provocando os fluxos migratórios.

Esses fluxos migratórios trazem vários problemas, tais como a falta de qualificação profissional e cultural para exercer certo tipo de atividade exigido por novos empreendimentos; e a falta de recursos financeiros suficientes para competir no mercado de trabalho urbano, porque, quase sempre, já chegam endividados pelos custos da viagem.

De acordo com teorias econômicas convencionais o mercado de trabalho tem como equilibrar a demanda e a oferta de trabalho. Na hipótese de haver maior oferta em comparação com a procura por trabalho, os salários baixariam, reduzindo o custo do fator trabalho comparando com o custo do fator capital, o que induziria as empresas a contratar mais trabalhadores. Esse tipo de solução não pode ser aplicado geralmente por forças contrárias dos próprios trabalhadores organizados. Pode-se concluir que a rigidez do nível de salários é a principal força a favor do desemprego e do subemprego ocorrido nas regiões que se concentram as fortes migrações urbanas. O que parece

acontecer é que o nível dos salários se mantém estável ou tem um pequeno aumento, porém menos do que a produtividade.

O importante nessa discussão é que a procura por força de trabalho na cidade segue a produção urbana. Quando as migrações são causadas por fatores de mudança há uma relação entre volume da força de trabalho liberado pelo campo e a procura por produtos urbanos. Quando a agricultura se torna capitalista ela estende sua procura por produtos urbanos colocando maior destaque entre a divisão de trabalho entre campo e cidade, que tem como conseqüência o aumento da procura por produto urbano por parte da agricultura, aumentando a procura por mão-de-obra na cidade. O que vai decidir, no entanto, que essa compensação aconteça é o emprego correto da mais-valia, criada pelo aumento da produtividade do trabalho.

Dentro deste quadro analítico, a reforma agrária é vista como anacrônica desnecessária e insustentável. Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um “pacote” tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar.

Na atual conjuntura aprofunda-se também a dualidade do debate agrário: de um lado as várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do *agribusiness*, adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais, mas fortemente impelidas pela política comercial norte-americana. Neste sentido, é muito mais uma integração *business* do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da "idade de ouro" da modernização. Mas, talvez até mesmo pelo aprofundamento da dualidade tenhamos atingido certo grau de unidade na problemática da crise agrária.

Neste sentido, os limites formais do seu tamanho não nos permitem resgatar toda produção a teórica dos últimos 20 anos no que ela reflete sobre as condições dessa transição e a nova inserção externa nos anos 90. Mas focando o debate no tema específico deste artigo - a expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra - trabalhamos com a hipótese de que há um relativo estancamento da produção agropecuária e dos seus complexos agroindustriais, há um tempo em que o debate da questão agrária retorna com maior complexidade.

Sobre a "questão agrária", é preciso contextualizá-la historicamente, recuperando ao mesmo tempo o que há de essencial no debate clássico.

Em primeiro lugar, parece-nos que o conceito da questão agrária de Caio Prado¹³ Jr., relacionando a miséria das condições humanas da vida à perversidade das relações de trabalho e relações de propriedade, permanece profundamente atual; 40 anos depois da "modernização conservadora" e da liberalização agrícola ora em curso, não melhoraram, antes se agravaram, as situações estruturais por ele apontadas. Mas diferentemente do que previra Caio Prado Jr., não foram às relações de trabalho assalariado que avançaram no setor rural, mas as auto-ocupações em diferentes regimes de trabalho familiar.

Somente nesta última década, como fruto de conquistas parciais da democracia inaugurada pela Constituição de 1988, houve alguns avanços no campo dos direitos sociais e no Programa de Reforma Agrária. Mas tais mudanças ocorrem em situação de profundo agravamento dos "problemas impropriamente agrários", ou seja, a estagnação industrial e a demanda externa.¹⁴

Assim, é que usando o mesmo referencial clássico brasileiro da questão agrária, diríamos que há no debate agrário atual outras teses em circulação, com pelo menos duas importantes contraposições a essa tese radical, no sentido de ir à raiz do problema agrário inter relacionando a reconceituação do setor rural à luz dos novos aspectos demográficos e socio-econômicos da ruralidade; as novas funções do setor agrícola no processo de desenvolvimento, enfatizando-se novos aspectos da teoria do desenvolvimento; o enfoque no território e na pluriatividade como novas dimensões do setor rural.

A tese da solução da "questão agrária" recorrendo às potencialidades de criação de novas oportunidades de trabalho e outras fontes de renda no espaço rural, independentemente da produção agrícola, recorrendo-se a um conceito de "novo espaço rural", é simultaneamente uma tentativa de responder às "questões agrárias" atuais e aos dilemas contemporâneos de estagnação econômica.¹⁵

Sem embargo da relevância do novo espaço rural como fonte de renda e ocupação às famílias rurais, nessa linha teórica falta, contudo, uma abordagem sobre a

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio (1953) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense;

¹⁴ DELGADO, Guilherme C.. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária, pág.11;

¹⁵ DELGADO, Guilherme C.. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária, *Idem*, pág. 12;

economia política desse novo espaço. Pois não parece provir da dinâmica do mercado essa potencialidade da inclusão social (novas fontes de renda e de ocupação), mas sim de algum projeto político, a ser identificado.

Conclusão

Constatamos ao final do artigo, que as desigualdades presentes na estrutura agrícola brasileira não são somente um mero problema de desproporcionalidade de desenvolvimento econômico, ao contrário existem outras variáveis que influenciam a determinação da atual estrutura brasileira. Essas variáveis estão associadas basicamente ao passado colonial, privilegiando somente os grandes afortunados capitalistas (detentores do capital) e marginalizando grande parte da população (trabalhadores). Neste período procurou-se romper com as raízes do Neo-colonialismo, entretanto tais políticas implementadas não foram capazes de transpor os gargalos oriundos da estrutura brasileira. Todavia buscou-se um planejamento com o PRONAF, até certo ponto bem sucedido, mas ineficaz, quando se pensa em um desenvolvimento equitativo entre as regiões brasileiras. Apesar de apresentar falhas tal programa governamental, consegue de maneira tímida apresentar resultados fantásticos quando nos referimos aos aspectos econômicos e financeiros. Dessa forma tal programa se dispõe a instituir elementos cognitivos essenciais para a organização produtiva (planejamento). Conclui-se que o problema da concentração da terra não é somente efeitos superficiais, mas sim profundos, quando defrontamos a estrutura social brasileira. Tal variável apresentar-se de maneira agressiva, nas tomadas de decisões de mercado. Disto isto, é preciso combater a raiz do problema, ou seja, conceder benefícios a grande população marginalizada (pequeno produtor rural) que sofre como problema, e não estimular o grande produtor (latifundiário) que é o problema, como fizera vários governos brasileiros ao longo destes trinta anos.

Em suma, deve procurar-se derrubar “mitos” desenvolvimentistas, visto que o investimento tecnológico na agricultura, senão for realizado de maneira apropriada, tende a ampliar as desigualdades sociais, agravando o que já está desajustado.

Referências Bibliográficas

ALVES et al 2005;LIMA et al 2005; PIACENTI et al 2005; “*Ciclos de produção extensiva e Intensiva na Agricultura Brasileira e seus Impactos na ocupação de mão de obra*”- pág.19 (Jandir Ferreira de Lima, Carlos Alberto Piacenti, Lucir Reinaldo Alves); CANO, Wilson. (2001); “*Da crise ao caos urbano*”. São Paulo: Editora UNESP. ANPUR, 2003, p. 289- 299;

CORREA, A. M. C. J. Saúde (2003) “ *Desigualdade e Pobreza entre as pessoas ocupadas na Agricultura Brasileira: uma análise exploratória a partir do Suplemento Saúde PNAD 1998*”;Piracicaba; UNIMEP; pág. 11;

DELGADO, Guilherme C.(2001): “*Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*”; 2001;

GUAZIROLI, Carlos E: (2006) “*PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*”..2006 Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347;

IEA-<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4933>–Instituto de Economia Aplicada de São Paulo;

IPEADATA-: www.ipeadata.com.br;

MATTEI, L (2005) : “Impactos do PRONAF”: Análise de Indicadores. Série Estudos 11 NEAD. MDA

MINISTÉRIO DAAGRICULTURA- www.ministeriodaagricultura.gov – 2000

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100;

PRADO JÚNIOR, Caio (1953) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense;

SILVA, José Graziano da.:(1994) “*Evolução do emprego rural na década de 80*”; Campinas: CESIT/Scritta., pág. 619-640;

ZAMBERLAM, Jurandir, e Ffroncheti, Alceu (1994).”*Agricultura alternativa:um enfrentamento à agricultura química.*” Passo Fundo:Berthier;